

## ENSAIO

## A VELHA ONTOLOGIA JURÍDICA, O DIREITO 4.0 E UM CORAÇÃO VASTO

*Alessandra Cavalcante Schuriga Schurig e Ana Claudia da Silva Batista*



Pesquisadora da UFPCI - Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação do Ministério Público do Estado da Bahia. Doutoranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direito pela UFBA com concentração na área de Direitos Fundamentais e Justiça. Graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador, pós-graduação em Direito Processual Civil pela UFBA, pós-graduação em Direito Público pela Universidade Católica do Salvador. Atualmente pesquisando a utilização de modelos de Inteligência Artificial na interpretação jurídica, trabalhando por meio do estudo de questões de processamento da linguagem natural e formação de regras heurísticas.

E-Mail para contato: [alessandra.schurig@ufba.br](mailto:alessandra.schurig@ufba.br)  
ou [alessandra.schurig@hotmail.com](mailto:alessandra.schurig@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8268-6215>



Mestre em Matemática com concentração em Estatística pela Universidade Federal de Bahia (2019) e Bacharel em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (2014). Servidora pública, pesquisadora da Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação (UFPCI) do Ministério Público do Estado da Bahia e pesquisadora externa do Centro de Estudo de Risco - CER/UFBA. Pesquisadora bolsista do Centro de Competência em Inteligência Artificial no Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia - SENAI CIMATEC, Bahia.

Diante do **Zeitgeist**, nada melhor do que em uma publicação que se propõe a debater sobre ciência, refletir sobre ciência, sendo que essa reflexão pode tomar diversos caminhos e um deles é o da epistemologia, ou teoria do conhecimento, ramo da filosofia que gira em torno das seguintes questões *O que é conhecimento? O que podemos conhecer? Como conhecemos o que conhecemos?* São questões complexas que estudos atuais sobre epistemologia respondem de formas diferentes (Greco, 2008, p. 20).

O interessante ao refletir sobre essas perguntas é entender que existem várias formas de respondê-las. O que é conhecimento, por exemplo, é uma pergunta fascinante que conduz a respostas sobre a mente e sobre como a mente lida com o mundo ao redor. E esse mundo ao redor, o que ele seria? Do que é formado? Como se apresenta para nós? O que é essa mente? Como ela deve tomar esse mundo da forma mais aproximada do que chamamos de verdade?

Refletir sobre essas perguntas foi o que fez Hans Reichenbach, quando formulou a distinção entre *contexto de descoberta* e *contexto de justificação*, muito popular entre cientistas. Ele diferenciou o que é descoberto pela mente e o que será apresentado para a comunidade científica, definindo que o contexto de descoberta é essa relação indutiva entre uma teoria e um corpo de evidências, sendo assunto da psicologia ou sociologia. Por sua vez, o contexto de justificação se preocupa com resultados científicos e seria a base da epistemologia que avalia o processo de investigação científica (Reichenbach, 1961, p. 35).

Veja-se que Reichenbach fez uma divisão que veicula uma ideia muito conhecida: de um lado estaria a experiência, corroborando ou refutando hipóteses ou teorias, enquanto do outro lado estará o enquadramento teórico. É a ideia tradicional de que “[...] o conhecimento emerge de um problema que é identificado e termina com a solução encontrada; sem rupturas, sem desvios, sem a possibilidade de novos questionamentos” (Raicik; Peduzzi, 2015, p. 135). Essas mesmas premissas se fazem presente no tratamento do contexto de justificação, que sendo domínio da epistemologia, deveria omitir aspectos humanos ou da “subjetividade” da ciência, por isso, a lógica seria essencial ao contexto de justificativa e para a análise das relações entre fatos e teorias (Raicik; Peduzzi, 2015, p. 138).

Para Reichenbach (1961), a epistemologia teria como tarefas a *descrição*, a *crítica* e a *consultiva*. Sua primeira tarefa seria justamente descrever as conexões lógicas realizadas pelo cérebro, definindo-se, por essa linha, que a epistemologia descreverá e organizará os processos de pensamento *do modo que acredita que eles devam ocorrer*, construindo um conjunto de conhecimento confiável e devendo preservar ao máximo a correspondência com o processo observado, sendo um substituto lógico, a *reconstrução racional* que é uma versão aperfeiçoada do processo real e busca esclarecimento do processo de pensamento sobre determinado tópico.

É diante desse contexto tradicional sobre o que é ciência, sobre a epistemologia, sobre como a mente científica deve lidar com o mundo, sobre como o conhecimento é formado, que todas nossas ideias mais populares sobre ciência vão se formando e se amalgamando, dando vazão a ideias sobre como a ontologia do direito é problemática, sobre como o direito é pouco científico, sobre como a linguagem jurídica é avessa ao esclarecimento e ao conhecimento e serve mais como instrumento de persuasão do que como instrumento de revelação da verdade oculta em um processo. Como pode existir vários termos diferentes para “proposta”? Como trabalhar com processamento da linguagem natural diante disso, que é apenas a semente de algo muito, muito pior?

De fato, todas essas ideias, fundamentadas em paradigmas tradicionalíssimos

sobre a ciência, com metodologias que buscam impor divisões entre ciências humanas e ciências exatas, reforçam somente o que pode ser denominado como uma *prática epistemológica positivista*, subscrevendo a ideia de uma teoria científica rigorosa prover de dados adquiridos por experimentação e observação científicas. É indo por esse caminho que se impõe que no chamado contexto de justificação domínio da epistemologia, deve-se omitir aspectos humanos ou da “subjetividade” da ciência. Por isso, a lógica seria essencial ao contexto de justificativa e para a análise das relações entre fatos e teorias (Raicik; Peduzzi, 2015, p. 138).

A ideia aqui é a seguinte: na medida em que a epistemologia tem como tarefas a *descrição*, a *crítica* e a *consultiva*, sua primeira e mais importante tarefa será justamente descrever, do modo mais “racional” e “imparcial” possível, as conexões lógicas realizadas pelo cérebro. Caberá à epistemologia descrever e organizar os processos de pensamento dessa mente que lida com o mundo, construindo um conjunto de conhecimento confiável e devendo preservar ao máximo a correspondência com o processo observado, sendo um substituto lógico, a *reconstrução racional* que é uma versão aperfeiçoada do processo real e busca esclarecimento do processo de pensamento sobre determinado tópico (Reichenbach, 1961, p. 5).

Mas seria mesmo assim? O conhecimento é esse resultado de processos científicos classificados como racionais e imparciais, de validade indiscutível e resistentes ao entorno e suas contingências? Vale lembrar que Descartes pensava em filosofia como a ciência originária e tentou sistematizar o conteúdo da filosofia tradicional e o que ele faz é associar a filosofia primeira como ciência fundamental. Por outro lado, Kant se empenha no que em alemão se chama de “AUFEBUNG”, que Heidegger traduz por suprimir ou por suprassunção, porque quer dizer eliminar, conservar e elevar, tudo junto. Kant quis fazer esse movimento em relação à conexão da filosofia como ciência fundamental, romper a “[...] unificação cartesiana do ideal matemático de conhecimento com a metafísica tradicional” (Heidegger, 2009, p. 22).

O que a reflexão de Kant pode nos trazer? Ora, como toda boa filosofia, pode nos trazer, em primeiro lugar, dúvidas: e se for possível pensar sobre a mente lidando com o mundo de outra maneira? E se houvesse não essa separação entre um contexto de descoberta e um contexto de justificação, mas uma relação dialética entre eles?

É o que acredita Kuhn (1970), que rediscutiu o papel das ciências e explicou que a ciência se dá por saltos, ou quando se depara com o inesperado, e que o cientista faz parte de um paradigma de conhecimento que o molda e é por ele moldado, em uma relação simbiótica. Um cientista, diz Kuhn, não chega ao seu objeto de estudo com uma mente limpa e imparcial. Ele chega já moldado por ideias, por um espírito do que ele deseja conhecer e acreditar. Até suas perguntas já são antevistas, e por conseguinte, suas possíveis respostas.

A mente não separa o mundo para descobri-lo em sua essência mais verdadeira, devendo ultrapassar “simulacros”. O mundo está aí e a mente vai lidando com ele

como consegue, porque é o que o ser humano faz: ele mundaniza tudo que está ao seu redor, desde a Lua, que vira satélite da Terra, até o vento, que vira fonte de energia. E o que nos leva a dizer que existe mais conhecimento em quem olha para a Lua e a classifica como um corpo vindo de Marte que colidiu com a Terra há quatro bilhões e meio de anos do que quando Shakespeare, em Ricardo II, faz o Duque de Aumerle mostrar por meio da Lua profecias escritas no céu sobre as terríveis consequências da morte do rei?

Bem, na verdade, seguindo o traçar iniciado nesse breve ensaio, nem seria uma questão de colocar poesia e ciência no mesmo cadinho, mas seria uma questão de novamente refletir sobre o que é conhecimento e observar que ciência e poesia podem ser duas formas de conhecimento e que nem sempre o conhecimento dito científico, vindo das ciências exatas, é o mais adequado para o objeto de reflexão em estudo, porque o que está no fundo do conhecimento, e por conseguinte, da ciência, e por conseguinte ainda, da poesia, é *o amor*. O amor pelo estudo e pela reflexão. Quem olha para o mundo, tudo vê e com nada se incomoda e de tudo tem certeza, não reflete e muito menos ama, poetiza ou faz ciência. Entretanto quem olha para o mundo e se deslumbra e se angustia pode escolher qualquer caminho para conhecer.

É interessante lembrar que na Grécia, a matemática e a medicina eram chamadas de *filosofias*. O que hoje chamamos de filosofia era “filosofia primeira”, segundo Aristóteles. Primeira em sentido originário, não a primeira de um conjunto ordenado, que veio antes da ética, da medicina etc., não é isso, mas no sentido de origem, e essa origem vem do *amor à sabedoria*.

A composição grega da palavra filosofia vem de sabedoria e amor, por isso, a tradução de filosofia é amor à sabedoria. Contudo veja-se que os gregos usavam os termos para significar *quem tinha um instinto para algo essencial, compreende de modo profundo, alguém que se coloca diante de uma coisa de modo exemplar e sobrepujante*. Alguém que se incomoda e que tenta fazer muito bem algo.

Perceba-se que segundo Heidegger ensinava, esse é um termo que pode ser usado até no sentido artesanal, também na música e na poesia, para tudo que pode ser compreendido e realizado quando se quer compreender desde o fundamento, quando se tem o compreender como instinto imediato e quando se tem o compreender enquanto algo exemplar e por isso, “[...] enquanto conhecimento e capacitação para realizar algo decidido” (Heidegger, 2009, p. 24). Vai se ampliando o uso do termo do artesanato para a música e poesia, depois para a ciência e todo tipo de possibilidade de formação, pois “[...] quanto mais o homem aprende a compreender o mundo na totalidade, *tanto mais experimenta que esse compreender não está simplesmente aí e que tampouco é possível tomar posse dele sem maiores dificuldades*” (Heidegger, 2009, p. 25, grifo nosso):

O compreender carece de um esforço particular e constante que precisa ser previamente empreendido no sentido de uma inclinação originária para as coisas. Essa inclinação, essa amizade interior com as coisas mesmas é o que está designado com o termo grego SOFIA- uma amizade que, como toda amizade autêntica e dada a sua própria essência, luta pelo que ama (Heidegger, 2009, p. 25).

Conhecer e compreender não estão simplesmente aí, ao alcance de um vídeo de dez minutos ou mesmo de um livro ou de uma palestra ou curso. É um caminho. Quem reflete e quem busca o conhecimento está construindo devagar uma relação de amor, que é uma relação originária em direção às coisas e Heidegger diz que quanto mais alguém constrói uma relação de confiança, uma relação originariamente livre e luta para sua compreensão, *está filosofando*. Pois a filosofia tem uma inclinação livre e aqui também há perigo (mas onde está o perigo, está a salvação, como dizia Holderlin). Perigo porque como ela tem essa inclinação livre, pode ser mal utilizada e pode se tornar aparência e é assim que ela conquista seu maior poder e sedução, diz Heidegger, pois, com o despertar da compreensão de que para se compreender o mundo em totalidade é preciso uma inclinação livre, autêntica e combativa, também se pode recair na aparência e alimentar uma pseudofilosofia. Uma pseudofilosofia que, por exemplo, disfarce-se sob o nome de ciência e passe a classificar e ditar os métodos para chegar à “única verdade” e sobre como é possível consertar o direito, transformando-o em ciência jurídica.

Ora, mas a filosofia é humana. O direito é humano. E ser humano é ser-para-a-morte e não ser-para-a-essência. É isso que o distingue dos animais, não a capacidade de pensar, compreender, interpretar. O que o distingue é ser-para-a-morte, e sendo fruto do ser humano, finito, o direito, a filosofia, a ciência, a poesia, são todos plenos de finitude. É preciso sempre traçar novos caminhos e assumir a finitude e saber que as respostas são contingentes e que as mudanças que sofrem por conta das mudanças no entorno são esperadas.

Todavia como pensar de forma tão complexa e ainda respeitar e manter a fé no conhecimento? Se tudo é ciência, nada é ciência? É isso que se está dizendo? Não, não, é findo o tempo de respostas fáceis...

Heidegger refletiu sobre tudo isso logo após a 1ª Guerra Mundial, quando percebeu que a ciência passava por uma crise que tinha três partes: uma crise do indivíduo, uma crise da ciência na sua realidade histórica e uma crise na própria construção da ciência. E vale lembrar que estamos falando de uma época de grande progresso científico e material, mas ainda assim, grassava uma falta de fé na ciência. Uma falta de fé que levava pessoas a desconfiar de vacinas, por exemplo.

Segundo o filósofo, um dos problemas dessa crise seria exatamente essa insistência em se voltar completamente para o progresso objetivo, que seria o fim, “[...] a razão para esse não-saber-o-que-fazer com uma meditação principal, ao mesmo tempo em que constitui também a razão para a penúria interna da ciência, que só muito raramente é confessada” (Heidegger, 2009, p. 40). Há progresso material e por isso, tudo estaria válido.

Mas ali estava a crise. Uma crise dos fundamentos que revela os limites da ciência enquanto tal. A crise do indivíduo, vislumbrada por Heidegger, é aquela que nos acomete quando perguntamos qual o sentido da ciência na existência humana? É ela o fim em si mesma? A *crise da ciência* na sua realidade histórica volta-se ao caráter prático da ciência, pois a popularização da ciência, que preocupava Heidegger há mais de 100 anos e preocupa hoje qualquer pessoa que veja certos

vídeos nas redes sociais. Ele dizia que a ciência não devia ser popularizada porque ela seria mal compreendida e isso levaria a uma crise na construção essencial e interna da ciência, uma crise dos fundamentos, que mostraria que as ciências precisavam compreender seus limites, *compreender a finitude da ciência em seu sentido originário*, mostrando que a ciência é uma possibilidade essencial da existência do ser humano, mas não uma determinação, apenas uma possibilidade, um caminho dentre caminhos possíveis.

E o caminho para fortalecer a fé na ciência, paradoxalmente para muitos, deve ser o caminho de fortalecer o amor pelo conhecimento, a fascinação diante do mundo, que é típica daquele que faz filosofia. Não daquele que *estuda* filosofia, mas daquele que quando está no ônibus, olha pela janela e se deslumbra ao ver as pessoas caminhando e se pergunta quando o bonde passa cheio de pernas, pernas brancas, pretas, amarelas, para que tanta perna, meu Deus? E depois pensa que quem sabe se se chamar Raimundo resolveria essa sua angústia.

Isso porque filosofia não é dizer o que deve ser conhecido, filosofia é um tipo fundamental de comportamento. Filosofia é filosofar. Exato e universalmente válido são determinações insígnias da ciência e quando falamos assim, lembramos logo da matemática e reclamamos do direito e sua ontologia, reclamamos que precisamos transformar o direito em ciência, tal como a matemática, a ciência por excelência, a mais exata e mais universal.

Em regra, a exatidão é tomada como marca característica da ciência e demonstrações exatas são a finalidade e o orgulho da fundamentação científica (Heidegger, 2009, p. 45). A exatidão repousa sobre o caráter matemático da ciência em questão. Contudo cada ciência deve permitir ou rechaçar a possibilidade de determinação matemática. Não adianta impingir o caráter matemático a uma ciência, e a possibilidade de matematização de uma ciência reside no conteúdo objetivo e no modo de ser do âmbito do objeto, então se pergunta sobre a motivação da necessidade dessa possibilidade. O objeto pode ser inadequado à possibilidade de exatidão de conhecimento. E essa inadequação, essa não conformidade com aquilo que o objeto requisita, é uma forma fundamental de não verdade. De fato, em uma ciência, a exatidão pode trazer a não verdade consigo (Heidegger, 2009, p. 46), pois a exatidão não pertence de maneira essencialmente necessária à verdade. O objeto deve ser conhecido adequadamente e, por vezes, a exatidão é a maneira inadequada de conhecê-lo. Tal como o direito. Que não precisa ter sua ontologia e suas contingências desprezadas para se transformar em ciência jurídica. Basta resgatar o amor originário ao conhecimento jurídico, para tratá-lo com o respeito e a dignidade que merece, sem essa busca tresloucada sobre essências e revelações metafísicas da verdade.

Com todas as suas reflexões, Heidegger (2009, p. 38) quer falar que ciências “[...] movimentam-se dentro de determinados enunciados, proposições e conceitos. Esses são determinados em seu conjunto por meio de proposições fundamentais (princípios) e conceitos fundamentais”. Ele diz que há um caráter fundamental de princípios em cada ciência, sobre a qual ela se movimenta, há diretrizes que se tornam vacilantes, princípios mudam, há novos caminhos possíveis.

Não é que os pesquisadores se unem de forma organizada e buscam elucidar dúvidas e questionar essa base de comum acordo. De fato, a maioria dos pesquisadores de uma área específica fica, na verdade, agastado contra mudanças e se opõe a elas. Heidegger (2009, p. 39) sublinha a repulsa na área das ciências ditas “naturais”, nas quais a maioria dos pesquisadores acha que mudanças podem ser uma influência da mística e da metafísica em sua ciência, recusam o que consideram questionável diante do que consideram uma base sólida. Só que o matemático não precisa saber da essência da matemática para achar resultados corretos e úteis.

O jurista precisa saber da essência do direito científico para conseguir resultados corretos e úteis?

Talvez mais valha para ele ler Carlos Drummond de Andrade.

## Referências

GRECO, Jonh. **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEIDEGGER, M. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

RAIČIK, A. C.; PEDUZZI, L. O. Q. Uma discussão acerca dos contextos da descoberta e da justificativa: a dinâmica entre hipótese e experimentação na ciência. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 132-146, jan./jun. 2015. Disponível em: [https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1991](https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1991). Acesso em: 29 jan. 2024.

REICHENBACH, Hans. **Experience and prediction: an analysis of the foundations and the structure of knowledge**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1961. v. 4.

## Glossário

**Zeitgeist**: espírito de uma época determinada; característica genérica de um período específico; tendência do pensamento ou o modo de ser de um tempo. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Disponível em: <https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v5-4/html/index.php>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Fonte: HOUAISS. Houaiss Corporativo.